

# Brasil assina anúncio em que cede soberania por ecologia

CAIO TÚLIO COSTA

De Paris

Os grandes jornais franceses circularam ontem com um anúncio assinado por chefes de Estado e representantes de 24 países (entre eles o Brasil) fazendo um apelo para a criação de uma "autoridade mundial" para salvar a atmosfera. Conforme está escrito, os 24 estão "prontos a delegar uma parcela de sua soberania nacional para o bem comum da humanidade inteira".

O anúncio tem três páginas de jornal. Na primeira e na segunda vem o texto de apresentação e as assinaturas dos 24 participantes da Conferência Internacional sobre a Proteção da Atmosfera do Globo, realizada em Haia, na Holanda, em 11 de março passado. Junto às firmas de François Mitterrand (França), Helmut Kohl (Alemanha Ocidental), Felipe González (Espanha), entre outros, está a de Paulo Tarso Flecha de Lima, secretário-geral do Itamaraty e representante do presidente José Sarney no encontro. Na terceira página está a íntegra da "Declaração de Haia", com uma foto dos participantes.

O tema "soberania nacional" cau-

sou polêmica em Haia depois que o presidente Mitterrand declarou no seu pronunciamento final — e voltou a repetir em entrevista coletiva — que "alguns países" deveriam ceder "parte da soberania" na questões de meio ambiente. O secretário-geral do Itamaraty considerou "inaceitável" a posição do presidente francês.

No texto final aprovado em Haia, reproduzido fielmente na terceira página do anúncio francês, não há menção a esta renúncia de soberania. No palácio Matignon, de onde despacha o primeiro-ministro francês, a encarregada da missão, Denise Mairey, declarou à Folha que o anúncio é uma "peça publicitária" feita pelo Serviço de Informação e Difusão, um dos departamentos do Matignon. Michel Rocard, o premiê francês, é o idealizador, organizador e divulgador do encontro.

## Obviedade

"Nosso país é o planeta", diz o título do anúncio em letras garrafais que ocupam duas páginas. À esquerda desce o textinho introdutório: "Apelo dos 24: criar uma autoridade mundial, dotada de verdadeiros poderes de decisão, e de execução para salvar a atmosfera;

foi isto o que lançaram 24 países prontos a delegar uma parcela de sua soberania nacional para o bem comum da humanidade inteira".

A questão da soberania foi evocada marginalmente pelo presidente Mitterrand, mas aparece com todas as letras no anúncio. No palácio Matignon, acham "óbvio" que os signatários conheçam o texto publicado.

O anúncio informa que a "mensagem" está sendo publicada "simultaneamente" nos 24 países signatários. A Embaixada brasileira em Paris havia remetido, à tarde, a íntegra do anúncio francês para Brasília.

O que se pôde apurar em Paris, extra-oficialmente, é que cada país se prontificou a publicar o texto final da declaração de Haia, na íntegra, nos grandes jornais de suas capitais, ou cidades principais. O texto da cessão da soberania teria sido inserido aqui por conta e risco da França, desgostosa porque a reunião de Haia não aprovou uma espécie de tribunal ecológico com fortes poderes de fiscalização e punição dos crimes contra o meio ambiente, conforme queriam Rocard e Mitterrand.

## Governo nega ter cedido

Da Sucursal de Brasília

O governo brasileiro acredita que não abriu mão de parte da soberania nacional ao assinar a "Declaração de Haia". Para o Itamaraty, trata-se de um compromisso de cooperação internacional para preservação da atmosfera, embora o documento submetida as ações dos 24 países signatários a uma Corte Internacional de Justiça, uma instância superior aos governos. Essa Corte, conforme a "Declaração de Haia", será responsável pelo controle do cumprimento de decisões de uma futura entidade internacional. Estas decisões não precisam ser unânimes.

A interpretação feita pelo governo francês surpreendeu o Itamaraty, porque a "Declaração de Haia" não se refere especificamente à expressão "soberania nacional". Sobre isto, a posição do governo brasileiro está no discurso proferido em Haia pelo secretário-geral do Itamaraty, Paulo Tarso Flecha de Lima. Disse ele: "Recordo a afirmação do presidente Sarney de que a responsabilidade soberana e indeclinável de cada país de administrar o seu meio ambiente não exclui a possibilidade de efetiva cooperação em nível multilateral".

O discurso de Flecha de Lima e a "Declaração de Haia" foram publicados na íntegra ontem pelo "Cor-

reio Brasileiro", em espaço comprado pela Presidência da República. Segundo o cabeçalho que introduz os dois textos, a publicação foi sugerida pelo governo francês, devendo ser feita simultaneamente nos jornais das capitais dos 24 países participantes do encontro sobre a proteção da atmosfera.

A "Declaração de Haia" prevê a "elaboração de novos princípios de direito internacional, notadamente de mecanismos de decisão e de execução novos e mais eficazes". Segundo o documento, "como o problema é planetário, sua solução não pode ser concebida senão em nível mundial". As decisões sobre a preservação da atmosfera, reafirma o documento, serão tomadas por uma entidade internacional, que recorrerá a "procedimentos decisórios eficazes".

Em seu discurso, Flecha de Lima diz: "A declaração que assinaremos hoje representa um marco fundamental em nossos esforços no sentido de conferir novo ímpeto à cooperação internacional na área do meio ambiente (...)". Ele pede recursos financeiros aos países em desenvolvimento, transferência de tecnologias de proteção ambiental e sugere que os países industrializados reduzam a emissão de resíduos poluentes na atmosfera.

## Reitor da USP quer conversão

Da Sucursal de Brasília

O governo está sendo intransigente e adotando um discurso nacionalista e pouco esclarecido em relação à proposta de conversão de parte da dívida externa brasileira em projetos de preservação do meio ambiente, na Amazônia. A conclusão é do reitor da Universidade de São Paulo (USP), José Goldemberg, que não vê na proposta qualquer interferência estrangeira na soberania nacional, tese que o governo vem defendendo insistentemente.

"Outros países aceitaram essa proposta e não houve interferência em sua soberania nacional. Permitir que uma empresa multinacional explore e exporte alumínio da Amazônia, não é intervenção? O Projeto Jari não foi uma atentado à soberania nacional? Só agora o governo acha que proteger florestas virou uma violação da soberania", disse Goldemberg, que participou ontem da solenidade de posse do novo secretário de Ciência e Tecnologia, Décio Leal de Zagottis.

Um grupo de 28 intelectuais latino-americanos, como Garcia Gabriel Marquez e Vargas Llosa, em carta encaminhada ontem ao governo brasileiro, pede a intervenção da ONU e a criação de um tribunal internacional para julgar os crimes contra o meio ambiente.